



ATA

114ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

CNPS

28 de setembro de 2005
Brasília -DF

1 **MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS**
2 **ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**
3 **NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS**

4
5 **DATA:** 28 de setembro de 2005.

6 **LOCAL:** Sala de Reuniões do 9º Andar do MPS

7
8 **I – PRESENCAS**

9
10 **Representação do Governo**

11 MPS – Nelson Machado

12 MPS – Helmut Schwarzer

13 MPS – Leonardo André Paixão

14 MP – Eduardo Cezar Gomes

15 MP/IPEA – Guilherme Costa Delgado

16 MF – Julian Marcondes Viana de Assis

17 INSS – Valdir Moysés Simão

18 INSS – Benedito Brunca

19 INSS – Leonardo José Schettino Peixoto

20
21 **Representação dos aposentados e pensionistas**

22 Cobap – Raimundo Nonato de Souza

23 Cobap – Josepha Theotônia de Britto

24 CUT/Sintrap – Epitácio Luiz Epaminondas

25
26 **Representação dos trabalhadores em atividade**

27 Contag – Evandro José Morello

28 CUT – Lúcia Regina dos Santos Reis

29 Força Sindical – Ricardo Patah

30
31 **Representação dos empregadores**

32 CNA – Rodolfo Tavares

33 CNC – José Idemar Ribeiro

34 CNF – Jorge Higashino

35 CNI – Aurélio Marcio Nogueira

36
37 **Convidados:**

38 Dataprev – Raphael Pacheco

39 MPS/SPOA – Abelardo Bayma Azevedo

40 MPS/SPOA – Ana Meira

41 MPS/SPOA – Marluce A. Lucena

42 MPS/CGOFC – Antonio Bacelar

43 MPS/Ouvidoria – Antonio Sávio Nastureles

44 MPS/SPS – Júnia Costa

45
46 **Ausências:**

47 MPS – Lieda Amaral de Souza

48 MPS – Carlos Eduardo Gabas

49 MF – Bernard Appy

50 Contag – Alessandra da Costa Lunas

51 CGT – Carlos Alberto dos Reis

52 CNT – Danielle Strohmeier Gomes

53 MPS – João Donadon

54 Cobap – Plínio Arantes

55 Cobap - Marcelo Viana Estevão de Moraes

56 Sindnap – Luiz Antonio Adriano da Silva
57 CNM – Paulo Roberto Ziulkoski
58 SDS – Wagner José de Souza

59

60 **II – ABERTURA**

61 Presidindo a Mesa, o Sr. Ministro da Previdência Social Nelson Machado abriu a
62 reunião, agradecendo a presença de todos.

63

64 **III – EXPEDIENTE**

65

66 O Presidente submeteu à análise do Conselho a ata da 113ª Reunião Ordinária, a qual
67 foi aprovada.

68

69 **IV – INFORMES**

70

71 O Sr. Presidente relatou o andamento da operação efetuada para promover o Censo
72 da Previdência Social, começando pelas negociações realizadas com a Febraban, que
73 vai receber sete reais e cinquenta centavos por benefício recenseado, cujos contratos
74 seriam assinados até o dia seguinte ao da reunião do Conselho, a fim de iniciar o
75 Censo no mês de novembro. Comunicou que segunda-feira, dia 2 de outubro,
76 começará a aparecer na tela dos terminais de pagamento, quando o beneficiário
77 efetuar o saque do seu benefício, o aviso personalizado de que o Censo se realizará a
78 partir do mês de novembro, ressaltando que receberão aviso para comparecer à rede
79 bancária com os seus documentos aqueles que deverão responder ao Censo; os
80 demais beneficiários serão comunicados de que não precisarão realizá-lo naquele
81 momento. Solicitou aos Conselheiros que se engajassem na campanha de
82 esclarecimento aos beneficiários da Previdência Social a respeito da realização do
83 Censo. Informou que será realizada uma forte campanha de mídia com esse fim e que
84 havia a intenção de se promover um comunicado em rede nacional, para o Sr. Ministro
85 se dirigir à nação a fim de prestar esclarecimentos sobre o Censo, além das diversas
86 entrevistas coletivas de que estava participando. Atendendo à recomendação de
87 alguns Conselheiros, o Sr. Ministro informou que estava conversando com todas as
88 autoridades da República sobre o Censo, destacando o Presidente do Supremo
89 Tribunal Federal, o Presidente do STJ, o Presidente do Tribunal de Contas da União e
90 o Procurador-Geral da República. Comunicou que foi convidado pelo Ministro Edson
91 Vidigal para fazer uma palestra sobre o tema no encontro de magistrados que ocorrerá
92 em São Paulo, no mês de novembro, quando se reunirão todos os presidentes dos
93 tribunais regionais federais, e, no dia seguinte ao desta reunião, no encontro de
94 procuradores responsáveis pela área previdenciária, para prestar informações sobre o
95 Censo, esclarecendo que se tratava de matéria do interesse do Estado brasileiro em
96 favor dos beneficiários do INSS. A Conselheira Josepha Theotônia destacou e
97 agradeceu a presença do Ministro nas reuniões do CNPS, convidando-o para
98 participar do congresso de aposentados que a Cobap promoveria em Brasília, onde se
99 verificaria a presença de lideranças que poderiam divulgar aquela informação
100 posteriormente aos seus associados. A Conselheira Lúcia Regina informou que, no dia
101 anterior a esta reunião do Conselho, as entidades representativas dos trabalhadores
102 da Previdência Social e a CUT assinaram termo de acordo resultante do processo de
103 negociação de greve que será encaminhado ao Sr. Ministro para receber a sua
104 assinatura e expressou a expectativa de garantir o que foi acordado. O Sr. Presidente
105 apresentou o Sr. Raphael Pacheco, que assumiu a Diretoria de Negócios da Dataprev
106 a partir de setembro, comunicou que a sua presença no congresso da Cobap já estaria
107 confirmada, ressaltando a importância não apenas de informar sobre a economia que
108 o Censo poderia representar ao impedir o pagamento de benefícios indevidos, mas
109 também a mudança que ele poderia promover na imagem da Previdência Social.

110 Quanto ao acordo mencionado pela Conselheira Lúcia Regina, expressou a sua
111 alegria em saber que ele havia sido assinado, enfatizando um item que julgava
112 fundamental, o qual já se encontrava no planejamento estratégico do Ministério, que
113 seria a discussão sobre a carreira dos servidores do INSS, visando promover uma
114 Previdência forte e capaz de atender aos seus beneficiários e de, ao mesmo tempo,
115 restaurar o orgulho de ser funcionário público, solicitando, para tanto, a participação do
116 Conselho. Em seguida, passou a Presidência dos trabalhos para o Sr. Helmut
117 Schwarzer, pedindo licença para se retirar. O Sr. Presidente informou aos Srs.
118 Conselheiros as mudanças que seriam realizadas no Regimento Interno dos
119 Conselhos de Previdência Social junto às gerências executivas, mediante proposta de
120 redação do art. 296-A do Decreto nº 3.048, devido à alteração da estrutura do INSS.
121 Lembrou que as superintendências do INSS não existiam mais; em seu lugar, foram
122 criadas as gerências regionais, mas não em todos os estados onde havia
123 superintendências anteriormente, daí a alteração do *caput* daquele artigo, no sentido
124 de que os Conselhos de Previdência Social funcionariam junto às gerências
125 executivas do INSS. Foi alterado também o § 1º, para acrescentar a expressão
126 “designados pelo gerente executivo onde forem instalados”, em referência à
127 designação dos dez Conselheiros de Previdência Social e de seus respectivos
128 suplentes, que era feita pelos superintendentes. Destacou, no § 2º, a adaptação feita
129 na letra “c”: “por um representante da Delegacia da Receita Federal do Brasil que atue
130 na área da Receita Previdenciária”, para prever a participação de representantes da
131 Receita Federal do Brasil. Na letra “d”, houve o acréscimo de “um servidor da
132 Procuradoria Federal especializada junto ao INSS”, que não estava previsto
133 anteriormente, além da inclusão de um representante da Delegacia da Receita Federal
134 do Brasil no inciso II do § 2º. Outra proposta de alteração se referia à periodicidade
135 das reuniões, que deixariam de ser mensais para se tornar bimensais, além da
136 exclusão, no § 3º, da figura do superintendente, passando a ser o gerente executivo
137 quem providenciaria a organização e o funcionamento do respectivo Conselho. No §
138 4º, retirou-se também a referência ao superintendente, retificando-se o texto; os §§ 5º,
139 6º e 7º seriam mantidos e, no § 8º, que tratava basicamente das cidades de São Paulo
140 e Rio de Janeiro, o gerente regional do INSS indicará o gerente executivo junto ao
141 qual o Conselho daquelas cidades funcionará. Informou aos Conselheiros que, se
142 aquela proposta fosse aprovada, ela seria inserida oportunamente em decreto tratando
143 de temas previdenciários e que, na próxima reunião do Conselho, seria submetida à
144 apreciação uma minuta de alteração do regimento interno dos Conselhos de
145 Previdência Social, que seria definida por uma resolução do CNPS. Perguntou se
146 poderia considerar aprovada a proposição, com o que todos concordaram.

147

148 **V – ORDEM DO DIA**

149

150 Passando para a Ordem do Dia, o Sr. Presidente mencionou, em relação à proposta
151 orçamentária de 2006, que, na última reunião do CNPS, o Sr. Abelardo Bayma havia
152 apresentado algumas considerações preliminares e, nesta reunião, exporia um quadro
153 mais consolidado sobre o tema. Em seguida, concedeu-lhe a palavra.

154

155 Proposta Orçamentária 2006

156

157 O Sr. Abelardo Bayma Azevedo, SPOA do Ministério da Previdência Social, começou
158 a sua apresentação lembrando que, na reunião passada, houve impossibilidade
159 técnica de discorrer sobre a proposta orçamentária de 2006, devido à dificuldade no
160 fechamento de números junto à Secretaria de Orçamento Federal e porque, naquele
161 momento, a proposta estava sendo remetida ao Congresso Nacional. Informou que
162 não apresentaria detalhes, mas apenas o conteúdo do que estava previsto na
163 proposta para ser executado no ano seguinte. Destacou a sua preocupação em
164 manter o Conselho informado, dali em diante, sobre todas as medidas orçamentárias e

165 financeiras que o Ministério adotará, firmando o compromisso de que não mais se
166 repetir o que ocorreu com a proposta orçamentária de 2006. Ao mencionar os
167 objetivos gerais do trabalho que o Sr. Ministro da Previdência Social empreenderia, o
168 qual norteou a elaboração da referida proposta, destacou o Programa de Gestão da
169 Previdência Social e a qualidade de atendimento do beneficiário serão o foco da
170 Previdência durante a gestão do Ministro Nelson Machado, além da redução de
171 fraudes e sonegação e da construção do novo Sistema de Previdência Social. As
172 diretrizes seriam a melhoria do atendimento ao beneficiário, a adequação das
173 instalações das agências, a readequação e incremento do PGA, visando a redução do
174 tempo de atendimento, a concessão de benefícios, a agilização dos serviços de
175 perícia médica e uma maior fiscalização dos contribuintes. Informou que o maior
176 aporte de recursos previsto na proposta orçamentária de 2006 destinou-se ao
177 investimento em tecnologia da informação, lembrando o investimento, no ano corrente,
178 na área de TI, que foi feito no âmbito do Ministério, do INSS e da Dataprev, para
179 promover um choque de gestão e melhorar o processamento das informações, além
180 da previsão de aquisição de máquinas e equipamentos, do aperfeiçoamento de
181 sistemas atuais e do desenvolvimento de novos sistemas para gerenciamento
182 integrado de informações. Ainda discorrendo sobre as diretrizes, abordou a
183 capacitação do corpo técnico, mediante treinamentos específicos, visando melhorar a
184 qualidade dos serviços prestados, o que seria feito de forma integrada entre as três
185 entidades que formam a Previdência Social. Informou, quanto ao orçamento
186 propriamente dito, que ele foi fechado no valor de R\$167,9 bilhões, sendo que a
187 origem das receitas para financiá-lo seria em parte do Tesouro Nacional e de receitas
188 próprias. Entre as receitas de contribuições, haveria o fundo do Regime Geral da
189 Previdência Social, o financiamento da Seguridade Social - Cofins, a movimentação
190 financeira - CPMF, o plano de seguridade social patronal e do servidor, o lucro líquido
191 de pessoas jurídicas e os concursos de prognósticos. Esclareceu que parte de
192 recursos ordinários seria advinda de tributos federais, de operações de crédito externo
193 junto ao BID e ao BIRD e de doações internacionais. Em receitas próprias, haveria as
194 receitas financeiras oriundas de aplicações no mercado e da taxa de administração de
195 convênios com entidades de classe. Comunicou que toda a receita referente à
196 Secretaria da Receita Previdenciária para o ano de 2006 foi transferida para o
197 Ministério da Fazenda. Em despesas, foram previstos os benefícios previdenciários,
198 pessoal e encargos sociais das instituições diretas e INSS, além de sentenças
199 judiciais, despesas correntes e despesas de capital, juros, encargos e amortizações da
200 dívida de empréstimos. Passando a analisar as despesas por unidades, informou que
201 o Fundo do Regime Geral da Previdência Social disporia de praticamente todo o
202 Orçamento, correspondendo a R\$160 bilhões, o INSS, de R\$7 bilhões e a
203 administração direta do Ministério, de R\$422 milhões, compreendendo os recursos
204 internacionais. Os pagamentos de benefícios na área urbana representariam o valor
205 de R\$120 bilhões, enquanto na área rural eles representariam R\$28,5 bilhões; para
206 sentenças judiciais, as despesas com precatórios corresponderiam a R\$4,8 bilhões.
207 Em termos de benefícios da área urbana, a maior parte seria destinada ao pagamento
208 de aposentadorias, no valor de R\$76,7 bilhões, seguida pelos outros benefícios, como
209 pensão e auxílio-doença; também na área rural, a maior parte dos benefícios seria de
210 aposentadoria, seguida pelo pagamento de pensão, auxílio-doença e salário-
211 maternidade, entre outros. Entre outros benefícios, haveria as aposentadorias
212 especiais, no valor de R\$6 bilhões, salário-família e abono de permanência em
213 serviço, correspondendo a R\$6 bilhões. No INSS, as principais aplicações dos
214 recursos estariam voltadas para pessoal e encargos sociais, no valor de R\$5,5
215 bilhões, além das despesas correntes e de capital, que somariam R\$900 milhões, dos
216 quais R\$750 milhões seriam para despesas correntes, R\$163 milhões para despesas
217 de capital e R\$604,9 milhões para sentenças judiciais. Quanto à despesa com pessoal
218 e encargos sociais, o INSS disporia de R\$1,8 bilhão para pessoal ativo e R\$2,8
219 bilhões para inativos e pensionistas, além do valor destinado a benefícios de

220 legislação especial e à previdência dos servidores. Informou que a parte
221 correspondente ao pessoal da Secretaria da Receita Previdenciária que foi transferido
222 para o Ministério da Fazenda permaneceria, em 2006, no âmbito do INSS, onde
223 estariam previstos também recursos de pessoal para a fiscalização. Justificou que isso
224 foi feito porque a transferência no SIAP – Sistema de Pessoal do Governo Federal,
225 realizada junto ao Serpro, seria complicada, daí por que esse trabalho de transferência
226 de pagamento para o Ministério da Fazenda seria feito gradativamente. Demonstrou
227 as despesas por programas no INSS, destacando que seria feito o repasse à Dataprev
228 no valor de R\$130 milhões, conforme contrato, para a manutenção da empresa, o seu
229 custeio e parte de seus investimentos. Ressaltou, em qualidade dos serviços
230 previdenciários, ainda no INSS, os recursos destinados à modernização e à expansão
231 da capacidade de TI, acrescentando que foram concedidos adicionalmente pela área
232 econômica do Governo R\$100 milhões ao orçamento da Previdência para fazer o
233 choque de gestão do INSS, no que diz respeito à capacidade de tecnologia da
234 informação, mediante a aplicação desses recursos em processamento de dados e na
235 aquisição de equipamentos de pequeno e médio porte e de ponta, como terminais de
236 atendimento, para melhorar o atendimento ao beneficiário. Doze milhões seriam
237 destinados ao gerenciamento de qualidade dos serviços previdenciários; a
238 reformulação das agências de atendimento contaria com R\$65 milhões, e haveria
239 ainda outras ações gerais de menor representatividade em termos de valor. Informou
240 que, para a capacitação de servidores, houve, este ano, a concentração de volume
241 considerável de recursos, remetendo à exposição que o Dr. Leonardo Schettino,
242 Diretor de Atendimento, faria em seguida, quando apresentasse o PGA – Programa de
243 Gestão do Atendimento. Em administração de imóveis não-operacionais, seriam
244 aplicados R\$2 milhões; a educação previdenciária do INSS corresponderia à
245 capacitação de servidores e agentes externos e a ações de conscientização, no valor
246 de R\$1,9 milhão, e haveria ainda as indenizações e pensões especiais, serviço de
247 processamento de dados e benefícios da legislação especial, correspondendo a
248 R\$400 mil. Passando a discorrer sobre o Orçamento da administração direta,
249 correspondente ao Ministério da Previdência Social propriamente dito, foram previstos,
250 para pessoal e encargos sociais, R\$131 milhões; despesas correntes e de capital
251 somariam R\$270 milhões aproximadamente, sem contar com juros, encargos e
252 amortizações. Observou que ali estariam previstos os R\$100 milhões da Dataprev,
253 correspondentes a uma integralização de capital feita pela União, para serem
254 utilizados também no choque de tecnologia daquela empresa. Justificou que esse
255 valor faria parte do Orçamento da Dataprev para a aplicação em investimentos, mas
256 estaria resguardado na administração direta para ser operacionalizado no próximo
257 ano, mediante decreto do Presidente da República que concederia essa integralização
258 em abril ou maio, contando com o Tesouro Nacional para viabilizar esses recursos,
259 para não haver atrasos na sua aplicação. Discorreu sobre despesas por programa,
260 enumerando apoio administrativo, onde estariam todos os contratos administrativos e
261 os benefícios dos funcionários da previdência, destacando R\$60 milhões que seriam
262 destinados ao serviço de Ouvidoria e à Previdência Eletrônica, relativa ao serviço de
263 *call center*, à organização e à expansão de TI, referente aos recursos externos
264 procedentes do BID e do BIRD. Observou que apesar de o serviço de Ouvidoria fazer
265 parte da administração direta, o local mais adequado para ele, em termos de
266 funcionalidade, seria o próprio INSS, a quem se referia quase toda a demanda
267 recebida, e que o mesmo ocorria em relação à Previdência Eletrônica, em que
268 estariam sob a responsabilidade do INSS tanto a parte de equipamentos quanto a
269 contratação de pessoal, porque esse serviço era terceirizado. Na administração direta,
270 o INSS assumia o pagamento à Embratel pela utilização dos canais e o Ministério
271 pagava a mão-de-obra de atendimento do 0800. Informou que sugerira ao Sr. Ministro,
272 no médio prazo, que o Ministério substituísse os funcionários desse atendimento por
273 servidores concursados, pois considerava tanto a Ouvidoria quanto o serviço de
274 atendimento pelo 0800 duas áreas muito técnicas de recepção de informações e de

275 demandas externas à Previdência Social. Em gestão da política na Previdência Social,
276 haveria a formulação de políticas de Previdência e a instalação das projeções
277 subnacionais do CNPS nos estados, para as quais seriam alocados R\$300 mil; para
278 estudos e pesquisas no âmbito do Regime Geral, seria R\$1,2 milhão, além da gestão
279 e administração de programas, com R\$12,5 milhões, e da publicidade de utilidade
280 pública, em que seriam investidos R\$6 milhões. Mencionou a Previdência
281 Complementar e a fiscalização das entidades, que contaria com praticamente R\$8
282 milhões, além dos recursos que seriam aplicados na gestão e administração dos
283 programas, referentes a contratos que mantinham trabalhos específicos e finalísticos
284 tanto na Secretaria de Previdência Complementar quanto na Secretaria de Previdência
285 Social. Fez alusão à assistência técnica e à fiscalização dos municípios em termos de
286 regime próprio, que contaria com a instalação do Siprev, totalizando R\$14 milhões,
287 além da gestão dos programas, realizada pela SPC, e do funcionamento do Conselho
288 de Recursos da Previdência Social. Informou aos Conselheiros que tomara a iniciativa
289 de proceder a alguns ajustes de números, prevendo recursos para o INSS, a fim de
290 adequar as instalações do Conselho nos estados não só em termos de
291 aparelhamento, mas também na reforma de ambientes. Encerrou a sua apresentação
292 informando que distribuía um livro aos Srs. Conselheiros contendo a apresentação
293 realizada e um disco em que estaria gravado o Orçamento da Previdência
294 compactado, com detalhes e informações da apresentação feita. O Sr. Evandro
295 Morello questionou, em relação ao funcionamento das unidades descentralizadas, o
296 valor previsto para este ano, que estaria em execução, e o que seria alocado no ano
297 seguinte, citando o Sistema PrevMóvel, cujo funcionamento estaria previsto
298 orçamentariamente, mas encontrava-se parado em muitos estados, segundo o
299 Conselheiro. O Sr. Abelardo apresentou os seus assessores que participavam da
300 reunião do Conselho e solicitou ao Sr. Antonio Bacelar que respondesse à questão do
301 Conselheiro Evandro Morello. O Sr. Benedito Brunca registrou a ausência do Sr.
302 Álvaro Botelho à reunião, porque estaria administrando a execução dos contratos do
303 Censo, e informou que o Sr. Bacelar estaria representando-o. O Sr. Antonio Bacelar
304 esclareceu que se ateriam aos números do Orçamento, informando que, em 2005, o
305 orçamento para aquela ação seria correspondente a R\$297 milhões e que o valor para
306 2006, em termos de custeio, seria de R\$187 milhões e de R\$27,5 milhões para
307 investimento. O Sr. Evandro Morello perguntou o que havia sido executado até aquele
308 momento, ao que o Sr. Antonio Bacelar respondeu que seriam R\$190 milhões. O Sr.
309 Benedito Brunca esclareceu que o PrevMóvel envolvia custos de manutenção de
310 veículos e de combustível, bem como diárias para o deslocamento de servidores.
311 Como ele funcionaria estritamente mediante o deslocamento de pessoas para
312 municípios onde não haveria unidades da Previdência Social, tratava-se de custo fixo,
313 o que pesava muito na liberação do seu funcionamento. Porém, apesar de se fazerem
314 os ajustes necessários, conforme os limites orçamentários impostos, garantiram-se
315 recursos para que as unidades funcionassem. O Sr. Abelardo complementou a
316 informação do Sr. Benedito Brunca, esclarecendo que, apesar da publicação de uma
317 portaria da área econômica estabelecendo limites para a utilização de diárias no
318 âmbito de cada Ministério, o foco recomendado pelo Ministro da Previdência Social era
319 atendimento. Então seriam garantidos recursos suficientes para tanto e, até o final do
320 ano, seriam liberadas passagens e diárias para o atendimento ao beneficiário. A Sr^a
321 Josepha Theotônia disse não entender de onde provinha a receita no valor de R\$4
322 milhões e que, por considerar R\$6 bilhões um valor elevado, gostaria de saber o que
323 seriam aposentadorias especiais. Questionou se as normas da Super-Receita já
324 estariam inseridas na proposta orçamentária, elogiando a inserção da verba da Cofins,
325 da CPMF e da CSSL. O Sr. Abelardo respondeu que a fonte que financiaria
326 originariamente o Orçamento da Previdência seria o Regime Geral ou o fundo,
327 correspondendo a R\$120 milhões, mas que também haveria outras receitas para
328 compor o Orçamento. Aduziu que a Previdência seria muito penalizada pela área
329 econômica, pois não contaria com receitas específicas para financiá-la, mas a

330 Secretaria de Orçamento Federal contava com receita da Seguridade para financiar
331 outra parte do Orçamento. Acrescentou que esperava que a Previdência Social tivesse
332 o mesmo tratamento destinado aos Ministérios da Educação e da Saúde, que
333 recebiam conforme a garantia das receitas. Com relação à Super-Receita, esclareceu
334 que a Previdência manterá apenas os recursos para o pagamento de pessoal, pois os
335 recursos destinados à manutenção e aos serviços da Receita Previdenciária foram
336 alocados no Ministério da Fazenda. O Sr. Benedito Brunca informou que as
337 aposentadorias especiais seriam uma espécie de benefício que garantiria à pessoa
338 que trabalhasse em condições nocivas a sua saúde uma aposentadoria antecipada,
339 citando o exemplo de pessoas que trabalhavam em minas de carvão, em plataformas
340 de petróleo ou expostas a agentes nocivos, como ruídos e outros. Acrescentou que
341 muitos não conseguiam reunir as condições para a concessão da aposentadoria
342 especial, então migravam para o grande bloco de aposentadorias se tivessem
343 trabalhado em condições nocivas por pouco tempo, e que somente seis milhões de
344 pessoas integralizaram todo o período sujeitas a condições especiais, cujos benefícios
345 não poderiam ser confundidos com os dos seringueiros, da talidomida nem dos
346 anistiados, que seriam encargos previdenciários da União e não fariam parte do
347 regime da Previdência Social. Nesses casos, o INSS recebia os valores por destaques
348 específicos, promovendo a manutenção desses pagamentos, mas o seu financiamento
349 não seria gerado pelo fundo nem comprometeria o Regime Geral. O Sr. Antonio
350 Bacelar esclareceu que a receita própria consignada no valor de R\$4 milhões era
351 estimada para fixar a despesa, conforme previa a Lei Orçamentária. Esse valor se
352 originaria da própria folha de benefícios e de alguns convênios com entidades
353 representativas de classes, além de taxas de administração e multas contratuais
354 referentes a serviços administrativos. O Sr. Jorge Higashino observou que havia
355 reclamado muito do Orçamento da Previdência, em relação ao ressarcimento dos
356 custos bancários para prestar serviços ao INSS. Informou que no Orçamento
357 apresentado pelo Ministério da Fazenda constava o valor de R\$327.254.177 para
358 fazer face aos custos dos serviços bancários e que não vira, entre as diretrizes da
359 Previdência, referência à implantação do recadastramento nacional de benefícios nem
360 verba alguma destacada para tal fim. Questionou o Sr. Benedito Brunca a respeito da
361 extinção do acordo de permanência em serviço, pois notara que R\$14,6 bilhões foram
362 reservados para aquela rubrica. O Sr. Evandro Morello perguntou por que, em
363 receitas, as contribuições não eram apresentadas como receitas próprias, e sim como
364 receita do Tesouro. O Sr. Presidente pediu licença para responder à pergunta do
365 Conselheiro Evandro Morello, informando-lhe que, desde 1985, com a criação da
366 conta única do Tesouro e das respectivas subcontas, todos os recursos, inclusive os
367 arrecadados pela Previdência Social, passavam pelo Tesouro antes de ser
368 despendidos como benefícios previdenciários. O Sr. Guilherme Delgado questionou,
369 em relação ao item benefícios previdenciários, correspondente à maior parte do
370 Orçamento, qual foi a taxa de incremento real utilizada, uma vez que a variação entre
371 o executado em 2005 e em 2004 corresponderia, em termos reais, a 7,5%. O Sr.
372 Presidente respondeu que não saberia dizer exatamente que taxas foram utilizadas,
373 mas que a projeção daquele valor seria influenciada por um modelo demográfico,
374 parâmetros para o valor do salário mínimo e a projeção de inflação para o próximo ano
375 fornecidos pela Secretaria de Política Econômica e utilizados homoganeamente por
376 todos os órgãos do Governo Federal. O Sr. Abelardo acrescentou que a grade de
377 parâmetros seria definida pela área econômica e que os cálculos eram feitos conforme
378 os parâmetros estabelecidos pelo Governo Federal para a elaboração do Orçamento
379 da União e para todo o trabalho de política econômica do governo. Respondendo ao
380 Conselheiro Jorge Higashino, confirmou que os orçamentos da Previdência Social de
381 2005 e de 2006 não fizeram alusão aos recursos para pagamento dos serviços
382 bancários prestados à Previdência nem aos recursos para o pagamento do
383 recadastramento que seria feito a partir de novembro deste ano, explicando que até
384 2004 esses recursos eram previstos no Orçamento da Previdência Social, mas que a

385 partir de 2005 eles se encontravam nos encargos financeiros da União, porque havia
386 uma dívida muito grande com os bancos que o Tesouro Nacional resolveu absorver e
387 renegociar com a Febraban. Dentre esses, não estariam previstos os recursos para
388 pagamento do Censo, que deverá custar algo em torno de R\$14 milhões, mas garantiu
389 que providências foram tomadas para que esses recursos fossem complementados
390 por meio de crédito disponível, ainda não utilizado, de modo que, quando chegasse o
391 crédito, antes do final do ano, a Previdência não teria problemas em honrar o
392 pagamento dos serviços que serão prestados. O Sr. Benedito Brunca esclareceu, em
393 relação ao abono de permanência em serviço, que não havia mais previsão de
394 implementação de direitos desde o início da década de 90, mas havia benefícios em
395 manutenção daqueles que ainda não optaram pela transformação em aposentadoria,
396 os quais seriam examinados por ocasião do Censo. O Sr. Ricardo Patah perguntou
397 por que pagar juros em casos de amortizações se a Previdência possuía receitas
398 advindas de aplicações; observou que, apesar das despesas elevadas, relativas a
399 sentenças judiciais, não encontrara a contrapartida de receitas e, quanto ao
400 recadastramento, perguntou por que não havia previsão no Orçamento de diminuição
401 do valor destinado ao pagamento de benefícios em torno de 10% do total atualmente
402 pago. O Sr. Presidente desejou boas-vindas ao Sr. Raphael Pacheco, Diretor de
403 Negócios da Dataprev, que se declarou muito honrado em participar do CNPS e
404 registrou que lhe causava estranheza o valor apontado para custeio da Dataprev, no
405 item serviço de processamento de dados, mas disse que não teria condições de fazer
406 uma análise mais detalhada, expressou a sua alegria por saber que haverá R\$100
407 milhões para investimentos e perguntou se, com a receita que a empresa obtinha em
408 serviços prestados para a Receita Previdenciária, ele deveria negociar imediatamente
409 com a Fazenda. A Sr^a Lúcia Regina informou que as centrais sindicais pretendiam
410 pressionar o Congresso Nacional em relação a questões que, no seu entendimento,
411 seriam fundamentais e perguntou se seria possível informar o que seria necessário
412 aportar em termos de recursos para os projetos considerados muito importantes, além
413 do que estaria previsto na proposta que o Governo encaminhara para o Congresso. O
414 Sr. Julian Marcondes informou, em relação à elaboração do orçamento, que era feita
415 uma grade de parâmetros pela SPE, com uma série de projeções de variáveis
416 econômicas, com base nas quais era feita a estimativa de reajuste do salário mínimo.
417 Quanto à menção aos ganhos que poderiam advir do aprimoramento da gestão da
418 Previdência, indicou a página eletrônica do Ministério do Planejamento, onde haveria
419 um arquivo com toda a parte de Previdência, citando os montantes, a descrição de
420 todos os aprimoramentos que estavam sendo feitos e o que se considerava em termos
421 de estimativa de despesas e de receitas da Previdência devido às melhorias de gestão
422 implementadas. O Sr. Presidente informou que a arrecadação por parte da Receita
423 Federal do Brasil deveria responder por algo em torno de R\$4 bilhões a R\$5 bilhões,
424 portanto o resultado da fusão das duas estruturas de receita poderia gerar, no ano que
425 vem, uma arrecadação adicional de R\$5 bilhões, e havia a estimativa extra-oficial de
426 economia com benefícios em torno de R\$2 bilhões. O Sr. Abelardo esclareceu que
427 quando se encontravam no Orçamento da Previdência aplicações financeiras
428 classificadas como receitas financeiras isso fazia parte do próprio fluxo contido na
429 conta única do Governo Federal, na qual o que ficava em estoque seria remunerado
430 pelo próprio Governo através da Selic. Quanto ao pagamento de juros, encargos e
431 amortizações, isso se destinaria a outro orçamento, que seria o da administração
432 direta, pois se referia aos encargos de empréstimos feitos com recursos internacionais
433 do BID, do BIRD e de outras instituições. Em relação à observação do Dr. Raphael
434 Pacheco, esclareceu que o contrato existente entre o INSS e a Dataprev previa o valor
435 de R\$400 milhões, mas poderia oscilar nas suas renovações, esclarecendo que foram
436 alocados originalmente, para 2006, R\$130 milhões para iniciar o processo de
437 funcionamento daquela empresa e R\$100 milhões para tecnologia, sendo que a
438 escolha de aplicação em custeio ou em investimento caberia à própria empresa.
439 Concordou com a sugestão do Conselheiro Raphael Pacheco em procurar a

440 Secretaria da Receita Federal para buscar recursos para o pagamento de novos
441 serviços que fossem demandados. Em relação à pergunta da Conselheira Lúcia
442 Regina, informou que, na elaboração da proposta orçamentária para 2006, a
443 Previdência teria sofrido a falta de R\$400 milhões no que foi solicitado para o
444 financiamento de projetos considerados essenciais, acrescentando que havia uma
445 orientação do Palácio do Planalto no sentido de que seria muito difícil para o Executivo
446 solicitar emendas parlamentares depois de enviar a proposta orçamentária ao
447 Congresso Nacional, a fim de refazer os limites orçamentários, o que, em geral, seria
448 feito no ano seguinte, mediante a solicitação de crédito suplementar ou adicional. A
449 Sr^a Lúcia Regina esclareceu que as próprias centrais sindicais pretendiam debater o
450 orçamento não só para reivindicar reajuste salarial, mas também investimentos. O Sr.
451 Abelardo concordou que seria uma grande contribuição. O Sr. Antonio Bacelar
452 justificou, com relação à receita de sentenças judiciais, que ela fazia parte do montante
453 geral de receitas e acrescentou que sentença judicial significava também as
454 requisições de pequenos valores e os precatórios administrados pelos tribunais
455 regionais federais que normalmente integralizavam o SIAF e seriam executados dentro
456 da própria unidade orçamentária do INSS. O Sr. Presidente agradeceu a presença do
457 Sr. Abelardo e de sua equipe, manifestando a intenção de submeter aos Srs.
458 Conselheiros uma proposta de resolução, pois o Conselho deveria aprovar o
459 orçamento da Previdência Social, conforme prevê o seu Estatuto. Depois de agradecer
460 ao Sr. Abelardo e a toda a sua equipe, o Sr. Presidente leu a seguinte proposta de
461 resolução que foi submetida à análise dos Srs. Conselheiros: *“O Conselho Nacional de*
462 *Previdência Social, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 21 do*
463 *Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 1.212, de 10 de abril de 2002, resolve*
464 *aprovar a proposta orçamentária do Ministério da Previdência Social para o exercício*
465 *de 2006 enviada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no valor de*
466 *cento e sessenta e sete bilhões e novecentos milhões de reais”. A Sr^a Lúcia Regina*
467 *comentou que havia o desejo das entidades de debater a proposta orçamentária*
468 *enquanto ainda estava sendo construída e que, no caso do Orçamento da Previdência*
469 *Social, que já estaria tramitando no Congresso Nacional, tentaria discuti-la até*
470 *dezembro, para prever o reajuste do funcionalismo público. Perguntou se depois de*
471 *ouvir do Sr. Abelardo que faltariam R\$400 milhões na proposta orçamentária da*
472 *Previdência Social o Conselho a aprovaria formalmente ou se debateria o assunto um*
473 *pouco mais, contribuindo para pressionar o Congresso Nacional. O Sr. Raimundo*
474 *Nonato questionou o valor da proposta orçamentária, ao que o Sr. Presidente*
475 *respondeu que poderia incluir os centavos. Em relação aos argumentos da*
476 *Conselheira Lúcia Regina, considerava importante ampliar as possibilidades*
477 *orçamentárias para o Ministério da Previdência Social, em especial para o INSS, a fim*
478 *de fazer investimentos e recuperar o tempo perdido, aduzindo que as necessidades*
479 *seriam maiores do que os R\$400 milhões aos quais o Sr. Abelardo havia se referido,*
480 *porém, tecnicamente, em relação aos benefícios previdenciários, não poderia haver*
481 *déficit, porque seriam gastos obrigatórios. Portanto, ainda que a projeção de R\$145*
482 *bilhões se mostrasse equivocada, o Tesouro Nacional teria que suplementá-la com o*
483 *orçamento da Seguridade Social ou receitas ordinárias. E haveria boa vontade por*
484 *parte do Ministério do Planejamento e do Ministério da Fazenda no sentido de*
485 *disponibilizar recursos adicionais para o orçamento de custeio e investimento.*
486 *Esclareceu que a resolução se fazia necessária para cumprir exigência do Estatuto do*
487 *Conselho Nacional de Previdência Social, a fim de respaldar legalmente a proposta*
488 *orçamentária que foi enviada ao Congresso Nacional e perguntou à Conselheira Lúcia*
489 *Regina se o Conselho poderia aprovar aquela resolução com o texto que foi*
490 *apresentado. A Conselheira Josepha Theotônia mencionou que não teria encontrado*
491 *previsão de verba para pagamento de revisão de benefícios. O Sr. Benedito Brunca*
492 *explicou que ela estaria prevista no saldo geral, de maneira a ser coberta pelo Fundo*
493 *do Regime Geral de Previdência Social. A Conselheira Josepha Theotônia ponderou*
494 *que se houvesse alguma falha na previsão e, como comentara o Presidente, o*

495 Tesouro tivesse que repor verbas da Seguridade ou de outras receitas, isso deveria
496 constar da resolução. O Sr. Presidente argumentou que não haveria necessidade,
497 porque a própria Constituição Federal previa o pagamento dos benefícios
498 previdenciários. A Sr^a Lúcia Regina concordou com a aprovação da resolução, para
499 cumprir o rito, mas sugeriu que houvesse outros momentos de discussão sobre o
500 tema. O Sr. Julian Marcondes argumentou que a resolução poderia fazer referência
501 aos dispositivos legais que previam a necessidade de o Tesouro Nacional e o
502 Ministério da Fazenda cobrirem eventuais insuficiências no caso de pagamento de
503 regimes previdenciários. O Sr. Presidente propôs inserir considerandos na resolução
504 para fazer referência aos artigos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Constituição
505 Federal. O Sr. Ricardo Patah informou que as centrais sindicais realizariam uma
506 marcha pelo salário mínimo mais digno, argumentando que poderia ser aprovado um
507 valor aquém, mas acompanharia os Conselheiros na aprovação da resolução sob o
508 ponto de vista formal, com as suas considerações. O Sr. Presidente asseverou que
509 ficaria registrada a aprovação do valor do Orçamento, e não do parâmetro do salário
510 mínimo e submeteu o texto da resolução à votação, informando que seriam
511 acrescentados nos considerandos os artigos mencionados na Lei de Responsabilidade
512 Fiscal e na Constituição. O texto da resolução foi aprovado por todos os Conselheiros.
513 O Sr. Presidente perguntou aos Conselheiros Jorge Higashino e Benedito Brunca se,
514 devido ao adiantado da hora, poderia postergar o tema referente ao crédito
515 consignado para a próxima reunião. A Conselheira Josepha Theotônia pediu que se
516 trocassem os temas, deixando o Programa de Gestão do Atendimento para a próxima
517 reunião. O Sr. Benedito Brunca informou que havia trazido material com informações
518 detalhadas para esclarecer a questão do crédito consignado e propôs entregá-lo aos
519 Conselheiros, para que tomassem conhecimento e não postergar a prestação da
520 informação. O Sr. Jorge Higashino concordou com a apresentação do tema na
521 próxima reunião, mas ressaltou que gostaria de receber o material do INSS e da
522 Ouvidoria, porque estava elaborando cartilha para orientação aos aposentados e
523 pensionistas quanto à obtenção de empréstimos. Solicitou ainda que a Cobap
524 examinasse a mencionada cartilha, para que os aposentados tivessem melhor
525 orientação sobre o assunto. O Sr. Presidente ponderou que o Diretor de Atendimento
526 estava percorrendo o Brasil inteiro e não sabia quando ele teria oportunidade de
527 comparecer ao Conselho novamente. A Conselheira Josepha Theotônia observou que
528 o assunto atinente à consignação não poderia ser discutido rapidamente, inclusive
529 porque ela devia explicações sobre o BMG, que estava sendo muito citado pelas CPIs,
530 o que a deixava preocupada. O Sr. Benedito Brunca esclareceu que no material que
531 estava entregando aos Conselheiros havia uma apresentação com cerca de 27 slides,
532 detalhando os bancos conveniados, como se fazia o convênio, quantos milhões de
533 consignações cada instituição financeira estava processando, as datas de assinatura
534 de convênios, com explicação sobre a situação do BMG e como operar o cartão de
535 crédito, além de toda a fundamentação legal. Acrescentou que se os Conselheiros
536 precisassem de maiores explicações poderiam procurá-lo para prestar as informações
537 necessárias. Informou ainda que o Banco BMG estava sendo auditado pelo Tribunal
538 de Contas da União, pela Secretaria Federal de Controle, pela Auditoria do INSS e
539 pelo Ministério Público Federal, além da CPI. Registrou que, na última folha do
540 material, havia um resumo elencando todas as instituições, a quantidade de
541 empréstimos, totalizando 4.373.000 benefícios processados, o que corresponderia a
542 R\$8 bilhões em valores consignados. Complementou que mais elementos seriam
543 apresentados aos Srs. Conselheiros, o que poderia ser distribuído através da lista,
544 antes da próxima reunião. O Sr. Presidente agradeceu a presença do Sr. Sávio, da
545 Ouvidoria da Previdência Social, e justificou a ausência da Sr^a Neiva, pedindo
546 desculpas pelo adiamento do debate para a próxima reunião, esperando contar com a
547 presença de ambos. O Sr. Antonio Sávio agradeceu a oportunidade e aditou que a
548 Ouvidoria não apresentava óbice quanto ao debate do tema em profundidade na
549 próxima reunião. Informou que a Ouvidoria estaria disponibilizando um quadro geral

550 das postulações recebidas desde julho de 2004 até o mês de agosto deste ano.
551 Acrescentou que se a Conselheira Josepha Theotônia e o Conselheiro Jorge
552 Higashino tivessem alguma dúvida sobre o tema poderiam procurá-lo pessoalmente
553 na Ouvidoria-Geral da Previdência Social. O Sr. Julian Marcondes informou que o
554 Ministério da Fazenda gostaria de conversar com a sociedade civil para difundir ao
555 aposentado algum instrumento que permitisse o seu acesso a um maior número de
556 informações. O Sr. Jorge Higashino disse que a Febraban também estaria à
557 disposição da Ouvidoria para ajudar a esclarecer dúvidas mais renitentes. Informou
558 que estava trabalhando junto ao Banco Central, principalmente no que tange à
559 contratação por telefone, que seria viável, enfatizando que o mutuário deverá receber
560 o contrato em sua casa para confirmar aquelas condições. A Febraban também estaria
561 montando uma cartilha para esclarecer e orientar principalmente os beneficiários do
562 INSS sobre como se portar, a quem se dirigir e como obter o empréstimo, informando
563 quem teria direito ou não. Argumentou sobre a revisão da IN nº 121, que previa a
564 concessão de empréstimo por parte do banco onde as pessoas que recebiam os
565 benefícios, de modo que o beneficiário que recebesse através dos correios não teria
566 direito ao empréstimo. O Sr. Evandro Morello externou a expectativa de que o tema
567 constasse como primeiro ponto da pauta da próxima reunião, com a previsão de pelo
568 menos uma hora para a discussão. Perguntou se o INSS poderia disponibilizar
569 informação sobre o número de créditos consignados vinculados aos benefícios rurais,
570 em separado, e solicitou ao Conselheiro Jorge Higashino que distribuisse a cartilha da
571 Febraban também para a Contag. O Sr. Presidente agradeceu a compreensão de
572 todos e apresentou o Sr. Leonardo Schettino, que teria comparecido ao Conselho no
573 ano passado para apresentar a experiência-piloto do Projeto de Gestão do
574 Atendimento em São Paulo, realizada em cinco agências, lembrando que o Conselho
575 teria aprovado o programa que estava sendo desenvolvido nas gerências executivas
576 daquela cidade. Informou que o Sr. Leonardo fora promovido pelo Ministro e pelo
577 Presidente Valdir ao cargo de Diretor de Atendimento, enfatizando que tal Diretoria
578 seria uma das principais inovações institucionais da história recente do INSS. Agora o
579 Sr. Leonardo voltava ao CNPS para falar sobre o Programa de Gestão do
580 Atendimento, sob a sua responsabilidade. Agradecendo-lhe a presença e pedindo-lhe
581 desculpas de antemão pela demora, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr.
582 Leonardo para apresentar o PGA.

583

584 Projeto de Gestão do Atendimento – PGA

585

586 O Sr. Leonardo José Schettino Peixoto começou a sua apresentação lembrando a
587 Resolução nº 1.240, do CNPS, sobre a extensão progressiva do modelo gerencial
588 para toda a rede de atendimento do INSS, o que começava a ser feito. Informou que
589 pretendia discorrer sobre a etapa superada e a nova etapa para atender à Resolução
590 nº 1.240 do Conselho, esclarecendo os Conselheiros que não conheciam o programa
591 sobre por que implementá-lo, os resultados obtidos nas unidades-piloto da cidade de
592 São Paulo, a sua expansão para toda a rede e a estratégia para implementá-lo a partir
593 de setembro de 2005 até dezembro de 2006. O Programa de Gestão do Atendimento
594 seria a implementação de um modelo gerencial em unidades de atendimento do INSS,
595 baseado em duas premissas: visão de processo e equipes autogeridas, com a
596 intenção de viabilizar operacionalmente as unidades, promovendo, através da gestão,
597 o equilíbrio entre demanda de trabalho e capacidade produtiva das unidades de
598 atendimento. A visão de processo permitiria aos servidores que trabalhavam nas
599 unidades do INSS saber como aquela atividade ou função estaria inserida no processo
600 de trabalho e conhecer a relação denominada cliente/fornecedor interno, para saber
601 de quem eles recebem matéria-prima ou insumos para realizar o seu trabalho e a
602 quem eles os forneceria ao executar as suas atividades, facilitando uma visão do
603 sistema como um todo. Equipes autogeridas seriam novidade em termos de modelo
604 gerencial do serviço público em geral, pois se delegava autonomia a todas as

605 pessoas, resguardadas as instâncias e aquilo em que se poderia ter autonomia. O
606 modelo gerencial das unidades teria duas características marcantes, sendo uma delas
607 o foco na tarefa, com a visão de atividades e a supervalorização da tarefa como um
608 fim em si mesma. Com a delegação de autonomia, automaticamente haveria
609 delegação de responsabilidade. A razão para a criação de um modelo gerencial
610 diferenciado passaria por resultados como R\$86 milhões, em 2004, de correção
611 monetária paga devido ao não-cumprimento dos prazos de definição de benefícios de
612 45 dias; filas enormes; atendimento pouco digno; pessoas aguardando por até quatro
613 horas em filas. O desafio de gerenciar uma unidade de atendimento da Previdência
614 Social seria considerado muito grande por se tratar de prestação de serviço,
615 conhecida por alguns como o momento da verdade, pois, se se prestou o serviço, ele
616 estava prestado; se se atendeu de forma equivocada, poder-se-ia gerar um direito que
617 não era devido ou cercear direito do cidadão; se se concedeu aquele direito de forma
618 indevida, rastrear esse erro e trazer de volta aquilo que foi concedido poderia ser
619 muito complicado. Além disso, havia a demanda diária. As maiores unidades de
620 atendimento da Previdência Social atenderiam a cerca de 700 pessoas por dia, numa
621 jornada com duração de seis horas de trabalho, convivendo com pressão e alto nível
622 de estresse. Nessa jornada de seis horas, quando seriam atendidas até 1.500
623 pessoas, seria oferecido aos usuários algo em torno de 100 serviços, o que tornava a
624 gestão extremamente complicada devido à gama de variáveis que havia em torno
625 deles, sendo que se entenderia por gestão nas agências apenas a segunda fase, que
626 seria a execução; não haveria um plano para se executar nem se saberia por que
627 fazê-lo ou que metas ou objetivos atingir; não haveria uma fase de controle para
628 comparar as metas estabelecidas e os resultados alcançados. Além disso, não havia
629 como propor ajustes ao fazer essa comparação, para que o plano estivesse sempre
630 atualizado, vigente e funcionando como instrumento de melhoria de atendimento.
631 Portanto, as agências simplesmente executariam e, para quem executa, tudo é
632 prioridade. Assim, a criação de um novo modelo gerencial permitiria que o processo de
633 gestão se tornasse realidade dentro das unidades de atendimento, das gerências
634 executivas, das unidades administrativas e das gerências regionais. Pretendia-se
635 trabalhar no Brasil, assim como foi feito em São Paulo, com base em três grandes
636 itens, que seriam a melhoria do nível de organização, a melhoria no nível de controle e
637 a melhoria no nível de capacitação técnica, no que diz respeito ao negócio benefício e
638 à gestão, preparando as pessoas para a criação de um novo valor. Portanto, a gestão
639 passaria a ser um valor da cultura da organização INSS. Quanto aos resultados do
640 Projeto de Gestão do Atendimento em São Paulo, serviram de subsídio para expandir
641 o modelo para toda a rede do INSS, em dezembro de 2004, que seria o parâmetro
642 comparativo, a resolutividade média, que significaria definição, nas cinco agências da
643 cidade de São Paulo – a Agência Santo Amaro, a Vila Mariana, em conjunto com a
644 Agência São Paulo, em Pinheiros, que seriam as maiores em volume de atendimento
645 do País, recebendo algo em torno de 1.400 pessoas por dia, a APS São Paulo Centro
646 e a APS São Paulo Ipiranga –, que era da ordem de 35%, e, em junho de 2005, atingiu
647 60%, chegando a 75,92% na Agência Santo Amaro. Tais agências, conjuntamente, em
648 dezembro de 2004, apresentavam cerca de 14.224 processos em estoque, que se
649 reduziram na ordem de 70%; hoje esse número seria de 2.800. A produtividade dos
650 servidores durante a jornada de seis horas de trabalho por setor era de 3,28 processos
651 de Previdência Programada em média; hoje, nas cinco unidades, produzem-se cinco
652 processos por servidor, sendo que na APS Ipiranga, na APS São Paulo, na de Santo
653 Amaro e na APS Pinheiros tal produtividade já alcançaria seis processos por servidor,
654 durante a mesma jornada. Em relação à Previdência Não-Programada, como auxílio-
655 doença, salário-maternidade, auxílio-acidentário e outros benefícios temporários, a
656 média evoluiu de 7,7 processos para 10,19, sendo que na APS Santo Amaro e na APS
657 Pinheiros o número de processos por servidor/dia, durante a jornada de seis horas,
658 seria de 14,52. Portanto haveria hoje, em São Paulo, cinco casos de sucesso para
659 promover a mudança de cultura organizacional, que seria o conjunto de normas,

660 crenças e valores que as pessoas, na organização, desenvolveram e na qual
661 acreditavam como algo válido para pautar todas as decisões que deveriam tomar no
662 âmbito interno da organização e na relação desta com o ambiente. O processo de
663 mudança de cultura organizacional proposto pretendia inserir novos valores na cultura
664 da organização das agências de Previdência Social, sendo que o valor principal era a
665 gestão, o que seria facilitado com a ocorrência de um caso de sucesso. A extensão do
666 programa para toda a rede de atendimento foi determinada pela Portaria nº
667 1.458/2005, prevendo duas fases, sendo que a primeira, de seleção e capacitação da
668 equipe de projeto e de servidores do serviço do atendimento das gerências executivas,
669 já estaria ocorrendo. Seria montada uma equipe composta por 560 servidores para
670 implementar o modelo gerencial em toda a rede de atendimento do INSS. A fase de
671 seleção e capacitação dessas pessoas ocorreria em setembro e se encerraria em
672 dezembro de 2005, mediante processo seletivo veiculado na Intranet, aberto a todos
673 os servidores, que preencheriam um formulário eletrônico no qual cada resposta seria
674 ponderada, visando a seleção de pessoas com o perfil adequado à implementação do
675 projeto. Inscreveram-se cerca de 2.800 servidores nesse processo, dos quais foram
676 selecionados 460 que, a partir do dia 7 de novembro, iniciariam uma capacitação de
677 300 horas no modelo gerencial. Tal modelo já estaria todo escrito em manual com 150
678 páginas, especificando os 270 dias de implementação do programa e o conjunto de
679 atividades a serem desenvolvidas em cada unidade de implementação. O modelo de
680 gestão precisaria ser trabalhado ao longo de nove meses, de modo que, com a saída
681 da equipe de consultores, tivesse condições de continuar o trabalho, tornando-se
682 viável operacionalmente. A segunda fase do programa seria a implementação, que vai
683 começar em novembro de 2005 e terminar em dezembro de 2006. Durante o prazo de
684 nove meses, três meses se destinariam a estruturar o modelo gerencial, com a
685 montagem de equipes autogeridas. O programa respeitaria a estratégia de trabalho
686 vigente em cada unidade, apesar de ter premissas, filosofia e doutrina próprias, pois
687 seria fator crítico para o sucesso o respeito às pessoas envolvidas na fase de
688 concepção do modelo, para que elas participassem da execução do modelo e
689 realmente se comprometessem com o sucesso do trabalho. Haverá quatro grupos de
690 implementação, envolvendo as cinco gerências regionais recém-criadas, 35 gerências
691 executivas e 35 agências de Previdência Social. O primeiro grupo, composto pelas
692 cinco regionais, 35 gerências executivas e 35 agências, começará o seu trabalho em
693 novembro de 2005; o segundo grupo abrangeria 35 gerências e 35 agências; e o
694 terceiro grupo envolveria as 32 gerências executivas restantes. As 102 APS
695 escolhidas seriam as maiores de cada gerência executiva e passariam pela
696 implementação de acordo com o modelo integral, no qual seria utilizada a equipe de
697 programas composta por 560 pessoas, com dois a quatro consultores internos por
698 unidade, conforme o número de servidores e o tamanho da unidade. O quarto grupo
699 abrangeria as demais APS da rede com menos de 30 servidores, excluindo-se as 102
700 maiores, para o qual seria aplicada a estratégia semi-presencial. Seriam investidos
701 R\$120 milhões para promover a implementação integral em 102 gerências executivas,
702 102 APS e cinco gerências regionais. Como não haveria recursos suficientes para
703 possibilitar a implementação integral em toda a rede, já estaria sendo desenvolvida
704 com a ESAF uma alternativa no sentido de se promover um curso de educação à
705 distância, dividindo a metodologia em etapas, sendo que a cada quinze dias uma das
706 mil unidades receberia por qualquer mídia eletrônica todo o material estruturado. Elas
707 assistiriam a uma exposição com alguns conceitos e tarefas ou ações a serem
708 executadas, sendo que durante uma semana por mês haveria uma fase presencial de
709 implementação, quando um consultor se deslocaria para aquela unidade para conviver
710 por uma semana com os seus servidores, ajudando-os a executar aquelas ações. E os
711 serviços de atendimento local, presentes em cada gerência executiva, começariam a
712 atuar no âmbito da sua gerência, para se envolver também na capacitação de 300
713 horas que será multiplicada nas demais agências daquela gerência executiva. Estaria
714 prevista a criação de um caso de sucesso no âmbito de cada gerência executiva,

715 sendo que o serviço de atendimento local teria a responsabilidade de implementar o
716 modelo nas demais agências com aquele apoio semi-presencial. O investimento
717 totalizaria R\$27 milhões, atingindo, em termos de capacitação não só de negócio, mas
718 de capacitação gerencial, cerca de 30 mil dos 41 servidores do INSS, e seria
719 concluído em dezembro de 2006. Com essas informações, o Sr. Leonardo encerrou a
720 sua apresentação, ficando à disposição dos Srs. Conselheiros para questionamentos e
721 perguntas. O Sr. Evandro Morello parabenizou o Sr. Leonardo pela apresentação
722 sucinta, questionando se na proposta de gestão estaria inserida a mudança de
723 atendimento para o público rural, esclarecendo que haveria diferenças entre o público
724 rural e o público urbano, devido às suas especificidades, à característica do benefício
725 e a outras questões. Perguntou também quando se poderia auferir algum resultado
726 nas agências do INSS localizadas no interior do País e se poderia receber
727 informações relativas, por exemplo, ao fluxo operacional de gestão, pois as lideranças
728 do sindicato que trabalhavam com o público rural faziam muito contato com o INSS e
729 precisariam conhecer o processo de gestão gerencial para o atendimento na ponta. A
730 Sr^a Josepha Theotônia externou a sua satisfação por assistir à exposição do Sr.
731 Leonardo, com a citação de números positivos e a perspectiva de resultados muito
732 bons. Perguntou se haveria possibilidade de o boletim estatístico incluir uma página
733 com a evolução dos informes, para possibilitar o acompanhamento por parte da
734 Cobap. O Sr. Presidente esclareceu que o informe quadripartite que também era
735 gerado para os Conselheiros conteria essa informação, aditando que desempenharia,
736 junto com o Sr. Leonardo, a tarefa de remodelar os sistemas de indicadores gerenciais
737 para auferir as novas necessidades e poderia gerar não apenas o indicador de
738 benefícios represados, mas outros indicadores que seriam úteis para o monitoramento
739 da situação do INSS. O Sr. Rodolfo Tavares registrou agradecimento à qualidade dos
740 serviços prestados pela Ouvidoria da Previdência Social, pois havia utilizado aquele
741 serviço sem se identificar para resolver problema de uma funcionária, o qual teria
742 funcionado muito bem. Referindo-se à participação do Conselho na elaboração do
743 Orçamento da Previdência Social, perguntou se do Orçamento total, no valor de
744 R\$167 bilhões, restariam apenas 7,5% para toda a administração, custeio e
745 investimento do sistema previdenciário. Sugeriu que antes de analisar o Orçamento da
746 Previdência Social o Conselho verificasse se esse percentual seria adequado às
747 necessidades de administração que aquele sistema demandaria, por meio de grupos
748 de trabalho, de apoio externo ou da própria Previdência, para avaliar e, se possível,
749 comparar com o sistema de outros países semelhantes, se seria possível administrar
750 aquela máquina com 7,5% do total de recursos que deverão ser gerenciados e
751 aplicados todo ano. Finalizou parabenizando a exposição do Sr. Leonardo e
752 desejando-lhe sucesso nos resultados obtidos. O Sr. Eduardo Cezar Gomes comentou
753 que não teria ficado claro o custo de implementação do PGA, perguntando se o valor
754 de R\$25 milhões seria aplicado por gerência executiva, qual seria o custo para a
755 implementação da forma semi-presencial e se havia recursos orçamentários
756 suficientes para a implantação do programa. O Conselheiro Ricardo Patah
757 parabenizou a apresentação, que serviria como incentivo para a mudança de cultura.
758 Perguntou se aquele modelo gerencial poderia ser ampliado para atender ao Sistema
759 Prisma, dos sindicatos, e se as pessoas que lidavam com ele poderiam participar
760 daquela capacitação e da mudança de cultura. O Sr. Jorge Higashino parabenizou o
761 Sr. Leonardo e a sua equipe pelo trabalho apresentado e ponderou a respeito da
762 dificuldade de se mudar a cultura organizacional, pois estaria desenvolvendo trabalho
763 semelhante no sistema financeiro. Observou que a mudança já estava se fazendo
764 sentir em São Paulo, elogiou a apresentação e fez votos de que o programa tivesse
765 sucesso e o atendimento do INSS passasse a ser elogiado. O Sr. Leonardo respondeu
766 ao Conselheiro Evandro Morello que as características de cada agência seriam
767 respeitadas, aproveitando-se o conhecimento do negócio que havia em cada unidade
768 da Previdência Social para somá-lo ao conhecimento gerencial, a fim de construir o
769 modelo gerencial adaptado à realidade local. Esclareceu que os resultados em termos

770 de aumento de produtividade, redução de estoques e do tempo médio de espera para
771 o atendimento começariam a aparecer a partir do sexto mês de implementação.
772 Sugeriu que o Conselho realizasse uma reunião em São Paulo, para que fosse
773 programada uma visita às unidades em que o modelo gerencial já foi implementado e
774 a uma unidade que ainda trabalhava na forma antiga. Informou que todo o material era
775 escrito, que poderia divulgar uma versão do manual ao Conselho e que a versão final
776 do projeto com todas as adequações seria publicada no final do mês, juntamente com
777 o relatório de acompanhamento. O custo total do projeto para toda a rede de
778 atendimento em 2005 e 2006 seria de R\$27 milhões, e o relatório que seria fornecido
779 aos Srs. Conselheiros informaria o detalhamento daquele custo. Quanto aos recursos
780 orçamentários, eles estariam assegurados para a execução do programa. Fazendo
781 alusão ao Sistema Prisma, existente em algumas empresas e sindicatos, esclareceu
782 que eram canais remotos de atendimento e que uma das ações estratégicas do INSS
783 até dezembro de 2006 seria a ênfase desses canais, mediante investimento no
784 atendimento pela Internet e no sistema de *call center*, possibilitando o protocolo de
785 benefícios por incapacidade através do SAB. Agradeceu ao Conselheiro Jorge
786 Higashino as palavras de apoio, registrando que enquanto houvesse problemas a
787 imprensa criticaria muito a Previdência Social, mas, quando houvesse a melhora, ela
788 apenas deixaria de ser citada nos jornais. Acrescentou que ainda havia problemas, a
789 fila não havia acabado, mas haveria melhorias significativas no seu processamento e
790 no tempo médio de atendimento e de espera. O Sr. Presidente agradeceu a exposição
791 do Sr. Leonardo e perguntou aos Srs. Conselheiros se o CNPS poderia elaborar uma
792 resolução aprovando a iniciativa, sugerindo um esboço de texto no seguinte sentido:
793 *“Aprovar o Programa de Gestão do Atendimento apresentado pela Diretoria de*
794 *Atendimento do INSS, que propõe um novo gerenciamento das agências da*
795 *Previdência Social, visando a melhorar o atendimento mediante revisão dos atuais*
796 *processos de trabalho”,* de modo a respaldar a equipe e apresentar aos servidores o
797 reconhecimento pelos esforços que estavam desenvolvendo. Propôs que a
798 apresentação sobre pagamentos alternativos de benefícios, que seria feita pelo
799 Conselheiro Benedito Brunca, fosse adiada para a próxima reunião. Informou que
800 ainda havia uma pendência relativa aos impactos dos parcelamentos sobre a
801 punibilidade dos sonegadores, referindo-se a apresentação que teria ocorrido no
802 CNPS, mostrando que a legislação que criou o Refis extinguiu a punibilidade de quem
803 parcelava os seus débitos e que deveria haver um critério mais rígido, de modo que a
804 punibilidade somente fosse extinta se a pessoa confessasse espontaneamente e
805 fizesse a quitação ou o parcelamento da dívida antes que a denúncia fosse oferecida à
806 Justiça. Submeteu à aprovação dos Srs. Conselheiros o seguinte texto de resolução:
807 *“O Conselho Nacional da Previdência Social resolve que o Ministério da Previdência*
808 *Social, em articulação com a Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda,*
809 *propor adequações à legislação federal, de modo que a suspensão da pretensão*
810 *punitiva do Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 168 a 337-A do Decreto*
811 *Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, em face de recolhimento ou*
812 *de parcelamento, somente ocorra se a quitação do débito ou a celebração de acordo*
813 *para o seu pagamento parcelado ocorrerem antes do recebimento da denúncia e*
814 *velará para que novas proposições legislativas obedeçam a tal entendimento”. A*
815 Conselheira Josepha Theotônia observou que o fato de fazer acordo não eliminava a
816 situação de inadimplência. O Sr. Presidente ponderou que havia o caso de devedores
817 que confessavam espontaneamente a sua dívida e o caso de sonegadores,
818 argumentando que a pessoa que fizesse acordo de parcelamento com a Previdência
819 Social teria a sua situação regularizada em termos de obrigações contributivas, a não
820 ser que fiscalização posterior encontrasse outros fatos geradores. O Conselheiro
821 Rodolfo Tavares mencionou que seria muito complexa a diferença entre inadimplente
822 e sonegador, o que poderia causar alguma confusão, e solicitou ao Sr. Presidente que
823 distribuísse o texto da resolução, deixando-a para ser deliberada na próxima reunião.
824 O Sr. Evandro Morello concordou em deixar o exame do assunto para a próxima

825 reunião e perguntou se haveria outro texto que explicasse aquela situação. O Sr.
826 Presidente informou que a Secretaria do Conselho verificaria se foi distribuído algum
827 documento na reunião que debateu o tema, inclusive a transcrição de trecho da
828 reunião sobre aquele assunto, para distribuir aos Srs. Conselheiros, a fim de
829 estudarem a proposta de resolução até a próxima reunião. O Sr. Leonardo Paixão
830 argumentou que não se poderia confundir responsabilidade penal com obrigação
831 tributária ou previdenciária e que a resolução sugeria a adoção de norma restritiva
832 para coibir um certo abuso que estaria ocorrendo, considerando adequado o
833 adiamento da discussão do tema, para possibilitar melhor entendimento, até a próxima
834 reunião. O Sr. Benedito Brunca sugeriu que se a transcrição da reunião não fosse
835 suficiente a própria Secretaria de Previdência Social poderia emitir uma nota
836 justificando a fundamentação da proposta. O Conselheiro José Idemar ponderou que a
837 matéria requeria estudo mais aprofundado, uma vez que a Justiça Federal vinha
838 concedendo liminares, diante da negativa do INSS, para que fosse expedida a CND. O
839 Sr. Jorge Higashino manifestou a sua concordância com a sugestão de transferir o
840 exame da matéria para a próxima reunião, mediante o esclarecimento do que seria
841 punição penal e punição fiscal ou tributária. O Sr. Presidente agradeceu aos Srs.
842 Conselheiros, informando a pauta da próxima reunião: créditos consignados, informe
843 sobre o pagamento alternativo e benefícios e a resolução sobre o parcelamento de
844 débitos.

845

846 **VI – OUTROS ASSUNTOS**

847

848 O Sr. Presidente informou aos Srs. Conselheiros que o Ministro da Previdência Social
849 pretendia apresentar um balanço dos primeiros meses de sua gestão ao Conselho e,
850 ao mesmo tempo, comentar o andamento dos principais projetos que estavam sendo
851 desenvolvidos desde que assumiu o Ministério da Previdência Social, em julho deste
852 ano. A Conselheira Lúcia Regina propôs que durante a apresentação de S. Ex^a fosse
853 mencionado o que teria sido definido para o debate sobre a carreira dos servidores da
854 Previdência Social. O Conselheiro Rodolfo Tavares solicitou o encaminhamento por
855 meio magnético do Plano de Gestão do Atendimento e a Conselheira Josepha
856 Theotônia solicitou o material elaborado pelo Ministério para a coletiva de imprensa.

857

858 **VII – ENCERRAMENTO**

859 Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a todos pela presença e
860 declarou encerrada a 114^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência
861 Social. Para constar, eu, Júnia Costa, lavrei a presente Ata. Brasília, 28 de setembro
862 de 2005.